



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Maria Janete Sanches Tino

A QUESTÃO DA MORADIA NO MUNICÍPIO DE SAPEZAL - MT

Linha de pesquisa: Dinâmica espacial

Orientador: Evaldo Ferreira

Cáceres, 2020



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**A QUESTÃO DA MORADIA NO MUNICÍPIO DE SAPEZAL - MT**

Cáceres - MT

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	4
1.1	<b>OBJETIVOS:</b> .....	5
	<b>Objetivo geral</b> .....	5
	<b>Objetivos específicos</b> .....	6
1.2	<b>JUSTIFICATIVA</b> .....	6
1.3	<b>HIPÓTESE</b> .....	6
2	<b>DELINEAMENTO DO QUADRO TEÓRICO</b> .....	6
2.1	<b>Do espaço ao direito à moradia</b> .....	7
2.2	<b>Espaço urbano</b> .....	10
2.3	<b>Produção do espaço urbano</b> .....	12
2.4	<b>Agentes produtores do espaço urbano</b> .....	143
2.5	<b>O solo urbano enquanto mercadoria</b> .....	15
2.6	<b>Moradia um direito constitucional</b> .....	16
3	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	18
5	<b>RESULTADOS ESPERADOS</b> .....	21
6	<b>BIBLIOGRAFIAS</b> .....	22

## RESUMO

Moradia é um direito fundamental garantido em lei. Sapezal é um jovem município agrícola com produção voltada para o agronegócios e que atrai pessoas de diversos lugares do Mato Grosso e do Brasil, teve um crescimento populacional bastante significativo desde a sua emancipação em 1994, já o número de residências no entanto não acompanhou o crescimento da população ocasionando problemas em relação à moradia, os alugueis e os terrenos são bastante valorizados gerando um alto custo de vida. Esse trabalho tem como objetivo analisar os fatores que levam à supervalorização imobiliária no município, bem como os impactos do custo da moradia no orçamento familiar e na qualidade de vida das pessoas. Para o levantamento desses dados será aplicado um questionário para os moradores, entrevistas com responsáveis pelas imobiliárias e casas de aluguel, levantamento de dados junto à Prefeitura Municipal sobre os programas de habitação para o município e pesquisas em sites oficiais sobre o crescimento populacional e a geração de emprego. Como resultado espera-se identificar os fatores responsáveis pelo alto custo da moradia e contribuir com o poder público municipal com dados que possam auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas que consigam solucionar ou pelo menos amenizar tal problema.

Palavras-chave: Crescimento. Moradia. Aluguel. Qualidade de vida

## 1 – INTRODUÇÃO

Moradia é um direito fundamental previsto no Artigo 6º da Constituição Federal (Brasil, 1988) que garante a todo cidadão um local de refúgio, abrigo e segurança, esse direito também está assegurado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

Sapezal é um município agrícola com produção voltada para o agronegócios, predominam as grandes propriedades rurais com alta produtividade de soja, milho e algodão, além da pecuária, que comandam a economia local. No município tem várias algodozeiras e armazéns, grande parte dessas propriedades são comandadas por grupos e fazendeiros, essas empresas atraem pessoas de várias partes do Mato Grosso e do Brasil, principalmente da região Nordeste que vêm para trabalhar. A média salarial desses trabalhadores é de 2,5 salários mínimos. O município teve um grande crescimento populacional desde a sua criação em 1994 e hoje conta com uma população estimada de 26.688 pessoas (IBGE, 2020), possui uma área de 13.598 km<sup>2</sup>, um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$113.763,91 e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,732 (IBGE 2010) sendo o 27º do país.

Com todas essas características, o município apresenta um dilema muito sério que é a questão da moradia, os terrenos são muito valorizados, a mão de obra na construção civil é escassa e cara, os alugueis são muito caros e mesmo assim não há casas disponíveis para aluguel, essa situação se mantém a muitos anos, apesar de ter saído e

ser concluído alguns projetos de moradia popular no município. De acordo com Villaça (1986, citado por Oliveira 2013), o capitalismo se sustenta através da escassez, sendo ela um mecanismo essencial para fixar preços e para haver concorrência.

Percebe-se no município um contraste muito grande em relação às moradias, pois têm bairros com residências de alto padrão com terrenos bastante amplos, e locais com casas conjugadas, quitinetes, várias residências no mesmo terreno e até mesmo várias famílias morando num mesmo espaço. Também ocorre no município o fracionamento dos terrenos regulamentado pela Lei Complementar nº 1/2012 art. 8º, § 5º, v, a (Leis Municipais) que permite a regulamentação de terrenos com tamanho de 120 m<sup>2</sup>, o que contrasta com terrenos de até 1200 m<sup>2</sup> localizados no centro da cidade. Oliveira (2013) afirma que “há diferentes formas de apropriação e acesso à terra urbanizada e bem localizada, uma vez que na produção do espaço está embutida uma contradição: ela se dá socialmente, porém sua apropriação é privada” (OLIVEIRA, 2013, p. 108).

Observa-se também na área central uma grande quantidade de terrenos vazios sem nenhuma construção e que muitas vezes o proprietário está aguardando o momento para vender pelo melhor preço. Oliveira (2013) afirma que “uma forma típica - e com garantias de futura lucratividade - de potencializar o valor de uma propriedade é pela simples ociosidade do terreno” (OLIVEIRA, 2013, p. 110).

Com o objetivo de identificar os fatores que levam a essa supervalorização imobiliária no município bem como os impactos do custo da moradia no orçamento familiar e na qualidade de vida dos moradores, será desenvolvida essa pesquisa que se utilizará de questionário aplicado aos moradores, entrevistas com os responsáveis pelas imobiliárias e casas de aluguel, levantamento de informações nos setores de tributos quanto ao número de terrenos ociosos e na Secretaria de Assistência Social do Município, responsável pelos projetos de casas popular, quais são os programas de habitação para o Município e o perfil dos contemplados, além de pesquisas bibliográficas e em sites oficiais. O resultado final dessa pesquisa será encaminhado ao poder público municipal com o objetivo de auxiliar na tomada de medidas que venham solucionar ou pelo menos amenizar o problema.

## **1.1 OBJETIVOS:**

### **Objetivo geral**

Analisar os fatores que levam à supervalorização imobiliária no município de Sapezal – MT e os impactos do custo da moradia na qualidade de vida das pessoas.

## **Objetivos específicos**

Identificar a proporcionalidade de terrenos ociosos e casas de aluguel no município.

Conhecer a situação socioeconômica dos moradores dos imóveis de aluguel.

Compreender de que forma o custo da moradia impacta no orçamento familiar e na qualidade de vida dos moradores.

Avaliar as condicionantes que levam à supervalorização imobiliária no município.

Analisar os programas de habitação popular no município.

## **1.2 JUSTIFICATIVA**

Por ser um município agrícola Sapezal atrai pessoas tanto do próprio estado do Mato Grosso como também de outras regiões do Brasil, que vêm em busca de trabalho.

Apesar do grande número de construção residencial, a moradia ainda é um problema a ser resolvido, o déficit de moradia e o alto preço dos terrenos e aluguéis, levam ao surgimento de aglomerado de residências de baixa qualidade em um pequeno espaço sem infraestrutura adequada que não assegura a qualidade de vida dos moradores.

Tem locais, com várias residências construídas no mesmo terreno, sem a coleta das águas servidas ou da própria chuva, o que coloca em risco a saúde e a qualidade de vida desses moradores.

Esse trabalho tem a finalidade de levantar dados que identifique esses problemas, e levar ao conhecimento do poder público municipal para que seja desenvolvida políticas públicas de habitação no município que venha pelo menos amenizar a situação.

## **1.3 HIPÓTESE**

A grande procura por moradia onera o preço dos alugueis e dos imóveis. A oferta de maior quantidade de residências e o preço de terrenos mais justo podem tornar mais acessível a moradia no município.

## **2. DELINEAMENTO DO QUADRO TEÓRICO**

## 2.1 Do espaço ao direito à moradia

Definir a palavra espaço não é fácil. Segundo Milton Santos (1995, p. 1) o vocábulo espaço se presta a uma variedade de acepções e sugere que seja considerado como um fator da evolução social, não apenas como uma condição.

Para Corrêa et al. (2000) a palavra espaço é usada tanto no dia a dia como também nas diversas ciências e pode se referir, de acordo com essas, ao espaço sideral, espaço topológico, espaço econômico e espaço pessoal. Na Geografia, refere-se ao espaço geográfico ou simplesmente ao espaço (CORRÊA et al. 2000, p. 15).

Corrêa et al. (2000) nos apresenta a concepção de espaço nas correntes do pensamento geográfico. Na Geografia Tradicional - caracterizada pelo período que se estende de 1870 quando a geografia se tornou uma disciplina institucionalizada nas universidades europeias, à 1950 quando verificou-se a denominada revolução teórico-quantitativa -, a concepção de espaço não aparece claramente, pois privilegiou-se os conceitos de paisagem e região. O espaço, em realidade, não se constitui em um conceito-chave na Geografia Tradicional. Contudo está presente na obra de Ratzel e de Hartshorne, ainda que, como no caso do segundo, de modo implícito (CORRÊA et al. 2000, p. 17). Desta forma, percebe-se que o espaço é indispensável para a reprodução da vida, Corrêa et al. (2000) nos lembra que:

Ratzel desenvolve assim dois conceitos fundamentais em sua antropogeografia. Trata-se do conceito de território e de espaço vital, ambos com forte raízes na ecologia. O primeiro vincula-se à apropriação de uma porção do espaço por um determinado grupo, enquanto o segundo expressa as necessidades territoriais de uma sociedade em função de seu desenvolvimento tecnológico, do total de sua população e dos recursos naturais (CORREA et al. 2000, p. 18).

Hartshorne traz o conceito de espaço de forma bastante abstrata conforme afirma Corrêa et al. (2000).

O espaço na visão hartshorniana é o espaço absoluto, isto é, um conjunto de pontos que tem existência em si, sendo independente de qualquer coisa. É um quadro de referência que não deriva de experiências, sendo apenas intuitivamente utilizado na experiência (CORREA et al. 2000, p. 18).

É na corrente geográfica teórico-quantitativo que calcado no positivismo lógico introduziu profundas transformações na geografia. Nesse período adotou-se a visão epistemológica da ciência considerando somente como científico a Geografia Física. O espaço aparece pela primeira vez como conceito-chave da Geografia, Corrêa et al. (2000) afirma que no âmbito dessa corrente o espaço é considerado de duas formas que não são mutuamente excludentes. (CORRÊA et al. 2000, p. 20). É nessa corrente que surge a expressão de espaço relativo e nessa concepção passa a ser entendido em relação à localização entre os objetos, implicando custos para vencer a distância, e a localização

passa a ser fundamental para a obtenção de renda, o que determina o uso da terra (CORRÊA et al. 2000, p. 22). O autor conclui que nessa corrente há uma visão limitada de espaço, pois privilegia-se em excesso a distância vista como variável independente e por outro lado as contradições, os agentes sociais, o tempo e as transformações são inexistentes ou relegadas a segundo plano.

Na década de 1970 surge a Geografia Crítica fundamentada no materialismo histórico dialético e traz o espaço como conceito-chave, nesse período ocorre intensos debates entre geógrafos marxistas e não marxistas, há uma preocupação em analisar se o espaço está presente ou ausente na obra de Marx, qual a natureza e o significado do espaço (CORRÊA et al. 2000, p. 24). O autor afirma que a identificação das categorias de análise do espaço é outra preocupação dos geógrafos críticos da época e que a crise geral do capitalismo durante a década de 1960 foi um acontecimento importantíssimo para a compreensão dessa categoria. A partir de 1970 o espaço é concebido como locus da reprodução das relações sociais de produção, isto é reprodução da sociedade (CORRÊA et al. 2000, p. 26).

Na década seguinte surge a Geografia Humana acompanhada da retomada da Geografia Cultural e da matriz histórica que caracterizava as correntes possibilista e cultural da geografia tradicional. Segundo Corrêa et al. (2000) contrariamente às geografias críticas e teórico-quantitativa, a Geografia Humana tem na compreensão a base da inteligibilidade do mundo real (CORRÊA et al. 2000, p. 30).

Suertegaray (2005) ao se referir a categoria espaço nesse período histórico de evolução do pensamento geográfico relata que o espaço agora passa ser analisado como uma “conjunção do natural e do humano, transformando o espaço geográfico em um conceito que expressa a articulação natureza e sociedade, ou seja, constituíram um objeto de interface entre as ciências naturais e as ciências sociais”. (SUERTEGARAY (2005, p. 47)

Corrêa et al. (2000) afirma ainda que: A paisagem torna-se um conceito revalorizado, assim como a região, enquanto o conceito de território tem na geografia humana uma de suas matrizes. O lugar passa a ser o conceito-chave mais relevante, enquanto o espaço adquire, para muitos autores, o significado de espaço vivido (CORRÊA et al. 2000, p. 30).

Para o autor são as práticas espaciais que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais (CORRÊA et al. 2000, p. 35). Nesse sentido Carlos (1992) ao se referir ao espaço geográfico o define como um produto histórico resultante das ações humanas.

Em síntese, o espaço geográfico é o produto, num dado momento, do estado de uma sociedade, portanto um produto Histórico; é resultado da atividade de uma série de gerações que através do seu trabalho acumulado tem agido sobre ele, modificando-o, transformando-o, humanizando-o, tornando-o um produto cada vez mais distanciado do meio natural. (CARLOS, 1992, p. 32).

Santos (1985) considera que o espaço é uma instância da sociedade e por isso a sua essência é social, para ele o espaço “não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza O espaço é tudo isso, mais a sociedade” (SANTOS, 1985, p. 1).

Para Santos (1985), o espaço deve ser considerado como uma totalidade a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida, porém ao ser analisado ele é fragmentado em partes que são chamadas de “elementos do espaço”. Esses elementos são: os homens, as firmas, as instituições, o chamado meios ecológicos e as infraestruturas (SANTOS, 1985, p. 6).

Segundo Santos cada um desses elementos possui uma função o que imprime uma dinâmica no espaço.

Os homens são elementos do espaço seja na qualidade de fornecedores de trabalho, seja na de candidatos a isso, trata-se de jovens, de desempregados ou não empregados [sic]. As firmas tem como função essencial a produção de bens, serviços e ideias. As instituições produzem normas, ordens e legitimações. O meio ecológico é o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano. As infraestruturas são o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, caminhos, etc. (SANTOS, 1985, p. 6).

Através das necessidades das sociedades são definidas as formas de produzir, consumir, as normas a divisão da sociedade em classes e as redes de relações que se preside (SANTOS, 1985, p. 8). Desse modo a evolução das técnicas imprime no espaço uma nova forma de relações entre as funções, entretanto essa evolução técnica e a do capital não se fazem paralelamente por todas as variáveis e nem em todos os lugares, dessa forma cada lugar é uma combinação de diferentes modos de produção (SANTOS, 1985, p. 12). O espaço hoje se subdivide entre subespaços onde há uma carga considerável de racionalidade e áreas onde isso ainda não ocorre (SANTOS, 1994, p. 53) dessa forma a fase atual de evolução técnica promove uma rápida ligação dos espaços mundiais e coloca uma certa dominação de um espaço sobre o outro, Santos (1994) afirma que:

O espaço geográfico agora mundializado redefine-se pela combinação desses signos. Seu estudo supõe que se levem em conta esses novos dados revelados pela modernização e pelo capitalismo agrícola, pela, especialização regional das atividades, por novas formas e localizações da indústria e da extração mineral, pelas novas modalidades de produção da energia, pela importância da circulação

no processo produtivo, pelas grandes migrações, pela terceirização e pela urbanização extremamente hierárquicas (SANTOS, 1994, p. 60).

Percebe-se que os espaços agora estão unidos tecnicamente, porém com um grau de diferença muito grande em relação a posse e uso dessas técnicas. Santos (1994) alerta para o fato de que a impulsão que recebem esses conjuntos técnicos atuais (ou suas frações) é única, vinda de uma só fonte, a mais valia tornada mundial ou mundializada, por intermédio das firmas e dos bancos internacionais (SANTOS, 1994, p. 61). Santos (1988) conclui que o espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediado pelos objetos naturais e artificiais (SANTOS, 1988, p. 25).

Essa diferença é bem mais visível no espaço urbano, onde os contrastes tecnológicos, de uso e ocupação do solo, estão refletidas nas diferentes formas de produção do espaço.

## **2.2 Espaço urbano**

Quando falamos em espaço urbano estamos nos referindo a um espaço fragmentado e ao mesmo tempo unificado, onde ocorre diversas formas de uso e atividades cotidianas da vida humana, Corrêa (1989) afirma que:

Tais usos definem áreas, como centro da cidade, locais de concentração de atividades comerciais, de serviços, de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquela de reserva para futura expansão. Esse complexo conjunto de usos da terra é, em realidade a organização espacial da cidade, ou simplesmente o espaço urbano (CORRÊA, 1989, p. 7).

Corrêa (1989) afirma ainda que esse espaço, mesmo sendo fragmentado, é ao mesmo tempo articulado através do fluxo de movimentação das pessoas, veículos, mercadorias, e que, nem sempre, a movimentação do espaço urbano é perceptível, pois existem algumas que são invisíveis como, por exemplo, as relações espaciais de natureza social, decisões econômicas, investimentos de capital e as práticas de poder (CORRÊA, 1989).

Para o referido autor o espaço urbano fragmentado e articulado é onde as diferentes classes sociais vivem e se reproduzem e através do seu cotidiano, suas crenças, costumes, valores e mitos são projetados nas formas espaciais fazendo com que assumam uma dimensão simbólica, porém a fragmentação desigual do espaço leva a conflitos sociais por direito à cidade (CORRÊA, 1989, p. 11).

Carlos (2007) também compreende o espaço urbano como local de vivência e reprodução da vida humana e que em um movimento cumulativo, “vai incorporando ações

passadas ao mesmo tempo em que aponta as possibilidades futuras que se tecem no presente da vida cotidiana” (CARLOS, 2007, p. 20).

Ambos autores trazem em suas obras o espaço urbano como um local onde se torna mais visível a desigualdade e a luta promovida pelas classes sociais, segundo Corrêa:

O espaço urbano assume uma dimensão simbólica, que entretanto é variável segundo os diferentes grupos sociais, etários etc. Mas o cotidiano e o futuro próximo acham-se enquadrados num contexto de fragmentação desigual do espaço que leva aos conflitos sociais como as greves operárias, as barricadas e aos movimentos sociais urbanos (CORRÊA, 1989, p. 9).

Para Carlos (2007), o uso e o valor de uso do espaço urbano são normatizados pelas leis impostas pelo Estado dominando a sociedade e faz com que esta lute e reivindique um lugar na cidade.

Também o espaço é vivido e percebido como fragmento, pela existência e imposição das formas da propriedade privada, produto da concentração da riqueza em suas várias formas, que inaugura o conflito entre uso e troca, e é real e diz respeito a uma prática sócio espacial concreta, em que o uso corresponde a uma necessidade humana, entorno do qual surgem os conflitos (CARLOS, 2007, p. 30).

Percebe-se aqui outra característica importante do espaço urbano, a segregação socioespacial, de acordo com o poder aquisitivo da população os espaços urbanos vão se formando de maneira bem diferente. Ao se referir a localização das residências Carlos (1992) destaca:

Assim, as classes de maior renda habitam as melhores áreas, sejam as mais centrais ou, no caso das grandes cidades, quando nestas áreas centrais afloram os aspectos negativos como poluição, barulho, congestionamento, buscam Lugares mais distantes do centro, um novo modo de vida em terrenos mais amplos, arborizados, silenciosos, e com maiores possibilidades de lazer. À parcela de menor poder aquisitivo da sociedade restam as áreas centrais, deterioradas e abandonadas pelas primeiras, ou ainda a periferia, logicamente não a arborizada, mas aquela em que os terrenos são mais baratos, devido à ausência de infraestrutura, à distância das "zonas privilegiadas" da cidade, onde há possibilidades da autoconstrução - da casa realizada em mutirão. Para aqueles que não têm nem essa possibilidade, o que sobra é a favela, em cujos terrenos, em sua maioria, não vigoram direitos de propriedade (CARLOS, 1992, p. 48).

Corrêa também trata desse assunto em sua obra destacando que “devido ao diferencial da capacidade que cada grupo social tem de pagar pela residência que ocupa, estas apresentam características diferentes no que se refere ao tipo e a localização” (CORRÊA, 1989, p. 62).

Percebe-se que essas desigualdades socioespaciais existentes nas cidades são produzidas pela transformação do espaço em mercadoria, Carlos (2015) afirma que:

A produção do espaço como mercadoria efetua-se em dois níveis: através da produção da habitação, uma mercadoria intercambiável no mercado imobiliário,

sem o qual a função da moradia não se realiza; e através da produção da própria cidade pelo trabalho social presente e acumulado ao longo da história (CARLOS, 2015, p. 50).

Corrêa (1989) afirma que o solo urbano capitalista é um produto social resultado das ações dos agentes que produzem e consomem esse espaço, e que suas ações são complexas derivando da acumulação de capital e das lutas de classes. (CORRÊA, 1989, p. 11).

### **2.3 Produção do espaço urbano**

Sposito (1988) faz uma retrospectiva na história para mostrar como os espaços urbanos foram se produzindo ao longo do tempo, desde o Paleolítico quando o homem era nômade e tinha um profundo respeito pelos seus mortos e se preocupava que eles tivessem um lugar “uma morada” apesar do caráter itinerante e inquieto dos vivos (Sposito, 1988, p. 11), a autora chama a atenção para a fala de Mumford que diz que os mortos foram os primeiros a ter uma moradia fixa e permanente, e que a cidade dos mortos nasceu primeiro que a cidade dos vivos; passando pelo Neolítico com as aldeias e o aglomerado de agricultores, as cidades da antiguidade que já apresentava uma organização dominante onde os espaços centrais eram destinados as elites; depois as cidades no período imperialista que já possuía uma organização mais complexa como uma rede comercial, cobrança de imposto e divisão de funções entre as cidades, criando uma rede urbana; no período feudal as cidades perderam sua importância e foram desarticuladas, houve o bloqueio da navegação mediterrânea e todas as atividades produtivas se concentraram no campo. Entre os séculos X e XII houve a reabertura dos postos europeus e os mercadores buscavam os burgos, reatando o comércio com o Oriente, ocorrendo, assim, o renascimento das cidades. No período do desenvolvimento do capitalismo as cidades passam a desenvolver um papel importante na concentração das atividades e comercialização dos produtos, ocorre também nesse momento a transformação da terra em mercadoria.

Podemos dizer que a cidade teve o seu papel neste processo, na medida em que ali se reuniam os comerciantes e a riqueza por eles acumulada, ali se concentravam os artesãos ocupados com a produção necessária à atividade comercial, e nesta medida ali se dava a ruptura da economia feudal. Tanto assim que a servidão ia aos poucos sendo minada pela comercialização do excedente alimentar e pelo surgimento dos arrendatários capitalistas (a partir do século XIV), apontando para a transformação da terra em mercadoria. Com o fortalecimento da burguesia comercial proporcional ao crescimento de sua riqueza, de seu capital acumulado, muitas cidades obtiveram sua autonomia e passaram a ser o destino dos servos que fugiam dos feudos, estimulados pela burguesia (SPOSITO, 1988, p. 36).

A autora destaca ainda que com a Revolução Industrial houve uma intensa urbanização resultado das mudanças estruturais ocorridas no campo, e com o desenvolvimento capitalista as cidades passaram a ter uma capacidade produtiva maior, o que motivou os movimentos migratórios do campo para a cidade (SPOSITO, 1988, p. 58).

Como grande crescimento das cidades e a transformação da terra em mercadoria começam a surgir os problemas urbanos. O crescimento das cidades tornou centro a área antes compreendida por todo o núcleo urbano, formando-se ao seu redor uma faixa nova, considerada a periferia (Sposito, 1988, p. 66). Na periferia surgiram de forma independente bairros de luxo, bairros pobres, unidades industriais maiores e depósitos (SPOSITO, 1988, p. 66)

Sposito afirma ainda que a falta de controle público sobre o espaço produzido, contribuiu para uma desordem na paisagem e na malha urbana.

O Estado não elaborava mais planos, nem regulamentos, e nem fiscalizava as formas pelas quais a cidade vinha sendo produzida. Ele próprio passou a ser um especulador, vendendo muitos terrenos públicos para pagar suas dívidas. A classe dominante aproveitou para realizar seus investimentos imobiliário (SPOSITO, 1988, p. 66).

Nesse período surgem vários problemas por falta de organização da cidade, problemas relacionados à falta de saneamento básico, surgiram doenças como a cólera que incomodavam até a burguesia da época (SPOSITO, 1988, p. 70). “Em 1840 houve uma intensa sindicância sobre as condições de vida na maioria das cidades europeias, pondo fim a não intervenção do Estado” (SPOSITO, 1988, p. 70). Na segunda metade do século XX houve aprovação de leis sanitárias, implantação de redes de água e esgoto, e desenvolveram também uma infraestrutura urbana de transporte o que permitiu uma reorganização das cidades europeias (SPOSITO, 1988, p. 71).

Foram organizados imensos bairros operários, marcados por alta densidade e por uniformidade. Surgiram muitos subúrbios onde se instalaram novas indústrias e novas áreas de moradia de trabalhadores, todas atendendo as exigências das leis sanitárias (SPOSITO, 1988, p. 71).

A autora destaca que nos dias atuais o Estado muitas vezes também é falho no que diz respeito às questões urbanas que são de sua responsabilidade e deixa de cumprir com seu papel, beneficiando grupos mais abastados economicamente. A nível interurbano, o poder público escolhe para seus investimentos em bens e serviços coletivos, exatamente os lugares da cidade onde estão os segmentos populacionais de maior poder aquisitivo (Sposito, 1988, p. 90), essa ação do Estado acaba valorizando essas áreas tornando-os uma mercadoria mais cara, enquanto que as áreas mais pobres,

mais afastadas e com uma concentração maior de pessoas acaba ficando abandonadas (SPOSITO, 1988, p. 90).

O avanço do capitalismo transforma tudo em mercadoria que pode ser consumida. Com a produção dos espaços acontece a mesma coisa, principalmente com os espaços urbanos. Para Carlos (2020) no capitalismo a cidade torna-se um produto e conseqüentemente em mercadoria e o espaço é usado e vivido em fragmentos (CARLOS, 2020, p. 355). A autora destaca ainda que esse espaço fragmentado e transformado em mercadoria é vendido no mercado imobiliário onde se vende parcela da cidade ou até mesmo a cidade como um todo (CARLOS, 2020, p. 355).

Corrêa (1989) se refere ao espaço urbano como resultado das ações dos agentes sociais que numa ação capitalista produz e reproduz o espaço de acordo com a lógica do capital.

A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deteriorização de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura, e mudança coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade (CORRÊA, 1989, p. 11).

## **2.4 Agentes produtores do espaço urbano**

Corrêa (1989) nos apresenta os agentes responsáveis pela produção do espaço urbano que são: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos. Antes de descrever cada um deles o autor faz algumas observações importantes:

Em primeiro lugar a ação desses agentes se faz dentro de um marco jurídico que regula a atuação deles, em segundo lugar ainda que haja diferenciação nas estratégias entre os três primeiros bem como conflito entre eles há denominadores comuns que os une: um deles é a apropriação de uma renda da terra. Em terceiro lugar, no estágio atual do capitalismo, os grandes capitais industriais, financeiro e imobiliário, podem estar integrados indireta e diretamente, nesse caso em grandes corporações, que além outras atividades, compram, especulam, financiam, administram e produzem o espaço urbano (CORRÊA, 1989, p. 12 e 13).

Os proprietários dos meios de produção, esses agentes são grandes consumidores do espaço pois são proprietários de grandes indústrias que necessita de grandes espaços para o desenvolvimento de suas atividades. Buscam grandes áreas baratas e bem localizadas, geralmente próximo aos portos ou vias férreas ou em áreas onde a população tem fácil acesso a seus produtos e serviços (CORRÊA, 1989, p. 13). Carlos et al. (2019) relata que na atualidade para esses agentes, a terra urbana deixou de ser apenas a base

necessária para a produção, e que passou a interessar como investimento, uma empresa industrial cria subsidiárias e investe na produção de imóveis ou na criação de loteamentos distantes dos locais onde a empresa industrial está instaladas, construindo bairros de residenciais de expressivos status sociais, resultando na produção de espaços diferenciados nas cidades ( CARLOS et al. 2019, p. 45).

Os proprietários fundiários geralmente são proprietários de terras rurais localizadas próximo da cidade e que estão interessados em obter o maior lucro possível da terra, para isso transformam o solo rural em solo urbano que é vendido para uso comercial e residencial (CORRÊA, 1989, p. 16).

Os promotores imobiliários que é um conjunto de agentes que realiza partes ou totalmente as seguintes operações:

a) incorporação imobiliária: o incorporador imobiliário é quem transforma o capital dinheiro ou seja é quem compra para vender depois. b) financeiro: a partir da formação de recursos monetário, proveniente de pessoas físicas e jurídicas, verifica-se de acordo com o incorporador o investimento visando a compra do terreno e a construção do imóvel c) estudo técnico: que é realizado por economistas e arquitetos, visando verificar a viabilidade técnica da obra dentro de parâmetros definido anteriormente pelo incorporador e a luz do código de obras. d) construção ou produção física do imóvel: envolve empresas de engenharia da construção civil, que realiza a edificação. e) comercialização ou transformação do capital em mercadoria: são os corretores, os planejadores de venda e os profissionais de propaganda (CORRÊA, 1989, p. 20).

Segundo Corrêa, (1989) o Estado é outro importante agente produtor, ele atua na organização do espaço que constitui a cidade, não só como regulador e fiscalizador como também consumidor e agente econômico (CORRÊA, 1989, p. 24). Carlos et al. (2019) ao se referir ao papel do Estado também destaca a sua função como regulador do solo urbano, porém o que chama a atenção é o fato de que em seus múltiplos papéis muitas vezes o Estado acaba estabelecendo relações com outros agentes sociais como: bancos, empresas industriais, empreiteiras, proprietários de terras e outros, e num jogo de negociações acaba por se corromper e deixa de cumprir o seu papel de regulador e fiscalizador (CARLOS et al. 2019, p. 46).

Os grupos sociais: Corrêa, (1989) relata de que forma esse os grupos sociais excluídos produzem o espaço urbano.

Os grupos sociais excluídos tem como possibilidade de moradia os densamente ocupados cortiços localizados próximos ao centro da cidade, a casa produzida pelo sistema de autoconstrução em loteamentos periféricos, os conjuntos habitacionais produzido pelo Estado, via de regra também distante do centro e a favela (CORRÊA, 1989, p. 29).

Carlos et al. (2019) relata que são vários os grupos sociais que participam do processo de produção do espaço urbano, cita por exemplo grupos de previdência privada,

indivíduos com investimentos, ordens religiosas além dos grupos sociais excluídos, e que a ação desse grupos torna complexo o processo de produção do espaço, o que requer negociações entre eles. (CARLOS et al. 2019, p. 46). A autora ao se referir ao grupos sociais excluídos ressalta que esses são responsáveis pela produção do “espaço vernacular”, efetivado por invasões de terras produzindo favela, ou por aquele que em sistema de mutirão constroem suas casas nos loteamento populares. Muitas vezes na produção desse espaço entram em cena novos agentes como aqueles ligados a criminalidade e ao setor informal de produção de imóveis (CARLOS et al. 2019, p. 47).

Nesse processo de produção do espaço urbano, o solo é transformado em mercadoria promovendo uma segregação sócio espacial urbana separando esses grupos sociais.

## **2.5 O solo urbano enquanto mercadoria**

Para Botelho (2007), no modo de produção capitalista o espaço é utilizado como meio de produção para a geração da mais valia, sendo, nesse sentido, consumido produtivamente, dessa forma o espaço urbano que tem um valor de uso passa a ter um valor de troca que se sobrepõe. Segundo ele: “o espaço, e em particular o espaço urbano, passa, então, a ter cada vez maior importância para o capital, ao mesmo tempo em que é “influenciado” pela dinâmica do modo de produção capitalista” (BOTELHO, 2007, p. 23).

Carlos (2007) ao falar do espaço urbano como mercadoria cita Lefebvre:

Para Lefebvre, é na segunda metade do século XX que o espaço e a cidade aparecem como problemas. Trata-se do momento no qual a reprodução capitalista, ultrapassando os limites da produção stricto sensu, integrou a cidade histórica e incorporou os espaços antes desocupados à troca, isto é, tornou os espaços intercambiáveis através do desenvolvimento do mercado do solo urbano; transformou o espaço social e político em operacional, dado e instrumento do planejamento e, nesta condição, um elemento fundamental na manutenção das relações de dominação (CARLOS, 2007, p. 23).

Silva et al. (2010) relatam as contradições num emaranhado de interesses sobre a mercadoria terra urbana, os proprietários-vendedores querem vender o mínimo de terra pelo máximo de dinheiro que puder, já os compradores pretendem comprar o máximo de terra que puder por um preço mínimo, enquanto os que não tem nada lutam por um espaço. (SILVA et al. 2010, p. 12).

Tais autores relatam ainda que na condição de mercadoria, a terra urbana tem uma dinâmica própria de valorização, extraindo o máximo de riqueza dos consumidores e enriquecendo seus proprietários (SILVA et al. 2010, p. 13).

Transformado em mercadoria o solo urbano perde sua função social e o direito à moradia digna se torna um dilema, apesar de garantido na lei.

## 2.6 Moradia um direito constitucional

O direito à moradia está previsto no Artigo 6º da Constituição Federal (BRASIL, 1988) que garante a todo cidadão um local de refúgio, abrigo e segurança. Esse direito também está assegurado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

Almeida et al. (2020) ao se referirem ao direito à moradia ressaltam o conceito de moradia digna desenvolvido pela Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal:

Destaca-se, por seu valor orientador, o conceito de moradia desenvolvido em 2013 pela Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, conceito tal que foi substanciado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1991, em seu Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ocorrida em Genebra, objetivando tratar dos elementos que caracterizariam a existência de uma “moradia adequada”. Nesse sentido são estipulados alguns critérios tão importantes quanto a própria disponibilidade de habitação. São eles: a segurança da posse (cabendo, desde já a distinção jurídica básica entre posse e propriedade); a disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura; economicidade; habitabilidade; acessibilidade; localização e adequação cultural (ALMEIDA et al. 2020, p. 245)

Santos et al. (2016) também se referem ao direito à moradia como um direito constitucional que garante a dignidade da pessoa humana, citam a Constituição Federal de 1988 que em seu artigo 5º inclui a habitação como um direito social. “Assim, o direito à moradia foi consagrado na Constituição de nossa república, sendo seu componente principal o princípio da dignidade da pessoa humana” (SANTOS et al. 2016, p. 219).

Também ao se referir ao aluguel social Santos et al. (2016) abordam o direito à moradia digna como um direito previsto em lei, e que esta não se resume a apenas um teto e quatro paredes, mas ao direito de toda pessoa ter acesso a um lar para se desenvolver e uma comunidade segura para viver em paz, com dignidade e saúde física e mental (SANTOS et at. 2016, p. 19).

Lopes (2014) traz em sua tese diversos documentos oficiais que se referem ao direito à moradia digna, ela cita: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que no artigo XXV reconhece o direito à moradia como um direito humano; o Pacto Internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais, onde esse direito esta reconhecido como direito humano no artigo 11; na Agenda 21, no capítulo 7, está expresso itens referente ao direito à moradia; na Agenda Habitar encontra-se expresso, no capítulo II, parágrafo 13; e na própria Constituição Federal.

### 3- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização dessa pesquisa será feito um levantamento bibliográfico que dará o suporte teórico necessário, coleta de dados em sites oficiais, bem como também se utilizará da pesquisa de campo com aplicação de questionário e entrevistas.

Para identificar o quantitativo de casas de aluguel no município será realizado um levantamento de dados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010) e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) (IBGE, 2015), onde se verificará, para a área urbana do município de Sapezal-MT, o quantitativo de residências alugadas ou cedidas.

Já para se conhecer a proporcionalidade de terrenos ociosos no perímetro urbano do município será realizado um levantamento junto à Secretaria Municipal de Finanças no Setor de Tributos de quantos terrenos encontram-se nessa condição, através de imagens do Google Earth se identificará esses espaços vazios, e em loco esses terrenos serão identificados e localizados na planta da cidade.

Para conhecer a situação socioeconômica dos moradores dos imóveis de aluguel, bem como compreender de que forma o custo da moradia impacta no orçamento familiar e na qualidade de vida dos moradores, será feita uma pesquisa por amostragem em domicílio. Utilizando-se da fórmula apresentada por Stevenson (1981).

onde  $n$  = tamanho da amostra;

$\sigma$  = nível ou intervalo de confiança (IC) escolhido, expresso em número de desvio padrão;

$p$  = porcentagem com a qual o fenômeno será verificado (estimativa prévia realizada pelo pesquisador);

$q$  = porcentagem complementar;

$N$  = tamanho da população;

$e$  = erro máximo permitido

Dos 4568 domicílios, 274 serão pesquisados, esse cálculo tem uma margem de erro de 2,5% e um grau de confiança de 95%, esses domicílios serão selecionados aleatoriamente em cada bairro e será aplicado um questionário onde se investigará a quantidade de moradores no domicílio, a renda familiar, profissão, grau de escolaridade, Estado em que nasceu, onde morava quando veio para Sapezal, em que ano veio, por qual motivo veio, se veio sozinho ou com a família, se todos os moradores em idade de trabalho estão empregados, se trabalha no espaço rural ou urbano, se o imóvel é próprio, alugado ou cedido, sendo esse imóvel alugado qual o valor e quantos por cento da renda familiar se destina ao pagamento do aluguel, se possui imóvel em outro município, se tem pretensão de adquirir um imóvel no município, qual o principal problema que encontrou em Sapezal e se pensa em se mudar da cidade.

De posse dos dados coletados se verificará o quantitativo de casas de aluguel pesquisada, e a situação socioeconômica desses moradores, esses dados serão tabulados, discutidos seus resultados e representados através de gráficos e tabelas.

Para avaliar as condicionantes que levam à supervalorização imobiliária no município, será realizada entrevista com proprietários ou gerente das imobiliárias onde se procurará saber a quantidade de casas para aluguel que esta possui, no momento desse total quantas casas estão para alugar, qual a proporcionalidade de casas vendidas e alugadas por essa imobiliária, qual o principal perfil e origem das pessoas que alugam as casas dessa locadora de imóveis, qual é o tempo médio em que as pessoas que alugam casas permanecem na residência, a Imobiliária sente a sazonalidade da atividade agrícola no município, quais os períodos em que há mais pessoas alugando casas no espaço urbana do município, qual a principal reclamação das pessoas que buscam alugar casas junto a esta empresa locadora.

Essa entrevista também será feita com pessoas proprietárias de casas de aluguel buscando as mesmas informações.

Também será feito uma comparação através de dados estatísticos do crescimento populacional e o nível de emprego no município ao longo de 20 anos. Para analisar o crescimento populacional será coletado dados oficiais do IBGE dos últimos 20 anos. Para avaliar o nível de emprego se buscará em sites oficiais o crescimento do número de empresas que se instalaram no município e os tipos e ramo dessas empresas, também será levantado junto ao Sistema Nacional de Emprego (Sine) do município a oferta de emprego e os tipos de vagas disponíveis no município nesse mesmo período,

Já para analisar os programas de habitação popular será feito um levantamento junto à Secretaria Municipal de Assistência Social sobre os programas de habitação existentes no município nos últimos 20 anos, qual o perfil socioeconômico dos beneficiários em cada modalidade e os principais problemas que impede a adesão dos possíveis beneficiados.

#### 4 - Cronograma de execução das atividades

Mês	Atividade desenvolvida
Agosto 2020	Cursar as disciplinas.
Setembro 2020	Reelaboração do projeto. Cursar as disciplinas.
Outubro 2020	Reelaboração do projeto. Cursar as disciplinas.
Novembro 2020	Conclusão do projeto. Cursar as disciplinas.
Dezembro 2020	Apresentação do projeto na banca. Cursar as disciplinas.
Janeiro 2021	Encaminhamento do projeto para o Conselho de Ética.
Fevereiro 2021	Pesquisas bibliográficas
Março 2021	Levantamento de dados nos sites oficiais e cursar as disciplinas.
Abril 2021	Levantamento de dados junto ao Setor de tributos, Secretaria de Assistência Social e Sine municipal. Cursar as disciplinas.
Maio 2021	Pesquisa por amostragem em domicílio. Cursar as disciplinas
Junho 2021	Pesquisa junto as imobiliárias e proprietários de casas de aluguel. Cursar as disciplinas.
Julho	Tabulação dos dados.

2021	Cursar as disciplinas.
Agosto 2021	Discussão dos dados. Cursar as disciplinas.
Setembro 2021	Elaboração da dissertação. Cursar as disciplinas.
Outubro 2021	Elaboração da dissertação. Cursar as disciplinas.
Novembro 2021	Elaboração da dissertação. Cursar as disciplinas.
Dezembro 2021	Banca de qualificação.
Janeiro 2022	Ajustes na dissertação
Fevereiro 2022	Ajustes e conclusão da dissertação.
Março 2022	Correção da dissertação.
Abril 2022	Defesa da dissertação.
Maió 2022	Ajustes finais.
Junho 2022	Entrega da dissertação e conclusão do curso.

## 5 - RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se ao final dessa pesquisa identificar os fatores que oneram, tanto os aluguéis como os terrenos no município. Como resultado final será elaborado um texto que tem a pretensão de contribuir com o Poder Público Municipal no sentido de fornecer dados para que o mesmo tome medidas que venham pelo menos amenizar o problema de moradia no município.

## 6 - BIBLIOGRAFIAS

ALMEIDA, Bianca Davi Pereira de, PINTO, Bernardo Marques Azevedo de Souza. “**Sobre a questão da Moradia**”: permanências sob a visão marxista. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/230470-74427-1-PB.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2020.

BOTELHO, Adriano. **O urbano em fragmentos**: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 14 nov. 2020.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/sapezal/panorama>. Acesso em: 18 nov. 2020.

BRASIL. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) (IBGE, 2015)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/19897-sintese-de-indicadores-pnad2.html?edicao=9129&t=resultados>. Acesso em: 18 nov. 2020.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007, 123p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992, - (Coleção repensando a geografia).

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Henri Lefebvre**: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”. São Paulo: Rev. Direito Práxis. Rio de Janeiro, V.11, N.01, 2020, p.349-369. Disponível em:

<file:///C:/Users/USER/Documents/UAB/mestrado/Livros/Espaço%20urbano%20Ana%20Fani%20Lefebvre.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2020.

CARLOS, Ana Fani Alessandri, SOUZA, Marcelo Lopes de, SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. 1º ed., 7ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri, VOLOCHKO, Danilo, ALVAREZ, Isabel Pinto. **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da Costa, CORRÊA, Robert Lobato (org.). **Geografia**: conceitos e tema. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1989.

**DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**. Disponível na Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo: [www.direitoshumanos.usp.br](http://www.direitoshumanos.usp.br). Acesso em: 04 nov. 2020.

LOPES, Roberta Castilho Andrade. **A construção do direito à moradia no Brasil**: da formação da norma à judicialização no Tribunal de justiça do Estado de São Paulo. 2014. Tese (Doutorado em Ciências) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo 2014. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-08072014-095442/publico/TESE\\_ROBERTA\\_CASTILHO\\_REVISADA.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-08072014-095442/publico/TESE_ROBERTA_CASTILHO_REVISADA.pdf). Acesso em: 04 nov. 2020.

OLIVEIRA, A. C. R. **Agentes e Efeitos da Especulação Imobiliária em Ponta Grossa – PR** (2013), p.106-133 - Departamento de Geografia – UFPR, Curitiba, 2013.

SANTOS, Ângela Moulin S. Penalva, MEDEIROS, Mariana Gomes Peixoto, LUFT, Rosângela Marina. **Direito a moradia**: um direito social em construção no Brasil – a experiência do aluguel social no Rio de Janeiro. Planejamento e políticas públicas | ppp | n. 46 | jan./jun. 2016. Disponível em:

[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6575/1/ppp\\_n46\\_direito\\_moradia.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6575/1/ppp_n46_direito_moradia.pdf).

Acesso em: 02 nov. de 2020.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel 1985.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço Habitado, fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SAPEZAL. **Lei Complementar nº 1/2012**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/parcelamento-do-solo-sapezal-mt>. Acesso em: 02 nov. 2020.

SILVA, Joseli Maria, JUNCKES, Ivan Jairo, JUNIOR, Alides Baptista Chimim. **Geografia Urbana**. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

STEVESON, W. J. **Estatística aplicada à Administração**. São Paulo: Harbra, 1981.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Notas sobre a epistemologia da Geografia**. Cadernos Geográficos / Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. – n.1 (maio 1999) -. –Florianópolis: Imprensa Universitária, 1999 – v.; 23 cm.